

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 657 - Brasília, terça-feira, 24 de março de 1998

## Plenário vota hoje projeto que prevê penas alternativas

*Os autores de crimes não violentos que tenham sido condenados a até quatro anos de prisão poderão cumprir a sentença por meio de pagamentos em dinheiro às vítimas, perda de bens e valores ou recolhimento domiciliar*



### João Rocha pede apoio à agroindústria

O senador João Rocha pediu ao governo para implantar corredores intermodais de transporte, como forma de estimular o desenvolvimento da agroindústria. **Página 8**



Romeu Tuma apresentou seis emendas ao texto da Câmara

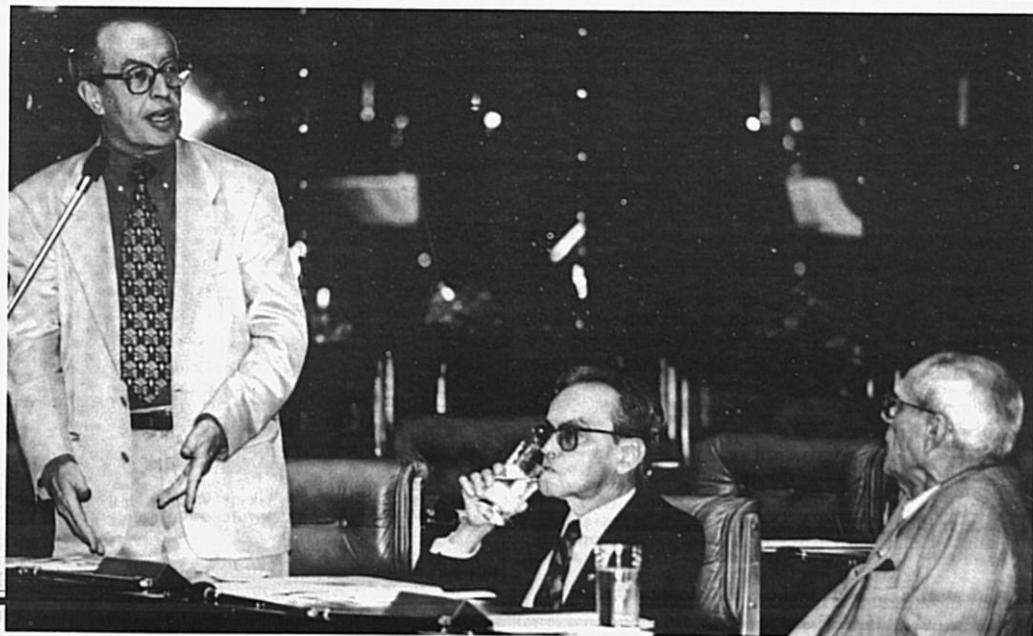
Está prevista para hoje a votação em plenário do projeto que modifica o Código Penal para tornar possível a adoção de penas alternativas. Caso o projeto seja aprovado, os condenados a até quatro anos de prisão que não tenham cometido crimes violentos poderão cumprir a sentença por meio de pagamentos em dinheiro às vítimas, perda de bens e valores ou recolhimento

domiciliar. No caso de crimes dolosos, a pena alternativa só poderá beneficiar condenados a até um ano de prisão. Já aprovado pela Câmara, o projeto recebeu seis emendas do senador Romeu Tuma, relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se as emendas forem acolhidas pelo plenário, a proposta retornará à Câmara para uma nova votação. **Página 3**

### Palmeira defende reciclagem

Poderá se tornar obrigatória a reciclagem de produtos que põem em risco a saúde humana e o meio ambiente, como baterias, pilhas e toner para impressoras e copadoras. O

senador Guilherme Palmeira anunciou ontem que pretende apresentar projeto nesse sentido, logo após obter informações do Ministério do Meio Ambiente. **Página 5**



O senador Lúcio Alcântara (à esquerda) disse ontem em plenário ter ficado preocupado com a denúncia, publicada no final de semana pela *Folha de S. Paulo*, de um acordo para a aprovação da Lei Pelé. Segundo o acordo, o projeto seria mantido na íntegra pelos senadores, em troca de vetos presidenciais que tornariam mais brando o controle sobre os bingos. Para Alcântara, a denúncia pode prejudicar a imagem do Senado. **Página 6**

# Benedita destaca dia internacional contra racismo

O Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, transcorrido no dia 21 deste mês, foi destacado ontem pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ) como um dia especial "porque resgatamos, tanto da história passada quanto da contemporânea, exemplos de práticas racistas abomináveis em nossos dias".

A data foi instituída pela ONU em 1960, em sinal de protesto contra o assassinato de 69 negros na África do Sul, e a senadora lamentou que, passadas várias décadas dessa iniciativa da Organização das Nações Unidas, a discriminação racial esteja longe de se transformar em página virada da História mundial.

- Mesmo os quatro mandatos a mim conferidos pela população do Rio de Janeiro, nos quais tenho me dedicado incessantemente ao combate às desigualdades sociais e ao racismo, ainda não foram suficientes para me conformar com os resultados alcançados - disse.

Benedita da Silva registrou



Benedita participou de seminário nos EUA

A senadora lembrou que o racismo marcou drasticamente a História e acrescentou que, apesar de comprovada a falácia das teorias racistas, é grande sua influência na história do pensamento humano. "A História está aí, mas

faço questão de incluir neste pronunciamento a passagem bíblica que revela um ato de discriminação histórico, quando Jesus Cristo foi discriminado", afirmou. - Esse ranço intrínseco da natureza humana deve ser trazido à lembrança constantemente para que possamos, de uma vez por todas, extirpar do cotidiano contemporâneo tais práticas e limpar essa nódoa que historicamente foi e é comum à espécie humana - enfatizou.

faço questão de incluir neste pronunciamento a passagem bíblica que revela um ato de discriminação histórico, quando Jesus Cristo foi discriminado", afirmou. - Esse ranço intrínseco da natureza humana deve ser trazido à lembrança constantemente para que possamos, de uma vez por todas, extirpar do cotidiano contemporâneo tais práticas e limpar essa nódoa que historicamente foi e é comum à espécie humana - enfatizou.

## Agenda do Dia

**PRESIDENTE**  
Antonio Carlos Magalhães

### PREVISÃO DE TRABALHOS

10h - Despacho interno  
15h30 - Presidência sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

### PLENÁRIO

**14h30 - Sessão deliberativa ordinária**  
Pauta: "Requerimento nº 137/98, do senador Romeu Tuma, solicitando tramitação conjunta dos PLS nºs 251 e 258, de 1997; "PLC nº 32/97, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; "PLC nº 33/97 - dispõe sobre a criação da Escola Superior do Ministério Público da União; PDL nº 71/97 - aprova o ato que renova a concessão da Rádio Marumbi Ltda., de Florianópolis, estado de Santa Catarina; "PDL nº 77/97 - aprova o ato que renova a concessão da Rádio Ouro Branco Ltda., da cidade de Currais Novos, estado do Rio Grande do Norte; e "PDL nº 79/97 - aprova o ato que renova a concessão defendida à Rádio Monumental de Aparecida Ltda., da cidade de Aparecida, estado de São Paulo

### COMISSÕES

**17h - Comissão de Assuntos Econômicos**  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 91/96, que dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar; Projeto de Resolução nº 49/96 - dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e suas respectivas autarquias e fundações; "MSF nº 100/98 - solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo, junto ao Peene Wert GmbH, no valor da US\$ 51.318.050,88, destinada ao financiamento parcial da aquisição de bens e serviços de origem alemã, no âmbito do Programa de Reparelamento da Maninha; "MSF nº 85/98 - solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo, junto ao Banque Nationale de Paris - BNP, no valor de US\$ 7.013.100,00, destinada ao financiamento parcial do Programa de Testes para Desenvolvimento de Propulsores de Satélites, a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia; "PLS nº 20/96 - dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário; e OFS nº 17/98 - solicitação do governo de Sergipe para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur, no valor de R\$ 17.314.776,79. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

**17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Mensagem nº 110/98, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega e também da República da Islândia; "Mensagem nº 111/98 - submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Sergio Henri Nabuco de Castro para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia; "PDL nº 2/98 - aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para a ampliação das instalações da Embaixada do Brasil em Luanda, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da Angola; "PDL nº 5/98 - aprova o texto do Tratado de Extração celebrado entre o Brasil e o governo da Coreia; e "PDL nº 142/97 - aprova o texto do acordo sobre o estabelecimento da Organização para o Desenvolvimento de Energia na Península Coreana, concluído em Nova Iorque. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

### PLENÁRIO

**Quarta-feira (25.03.98)**  
14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar os 100 anos de nascimento de Luis Carlos Prestes  
Orador inscrito: Roberto Freire  
Pauta: "PLC nº 29/97, que transforma cargo em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS, na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral; "PDL nº 80/97 - aprova o ato que renova a concessão da Fundação São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Araucária, estado do Paraná; "PDL nº 81/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade de Rádio e Televisão Alterosa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais; "PDL nº 83/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Londrina Ltda., da cidade de Londrina, estado do Paraná; "PLS nº 95/97 - aprova o ato que renova a concessão da Rádio Capixaba Ltda., da cidade de Vitória, estado do Espírito Santo; "PLS nº 87/96 - dispõe sobre a proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime; "Requerimento nº 146/98 - o senador Lauro Campos solicita a retirada do PLS nº 17/98 - Complementar, do sua autoria, que cria o Programa de Moradia Básica e institui mecanismos de estímulo à parceria na produção de habitações populares; e "Requerimento nº 152/98 - o senador Waldceir Ornelas solicita tramitação conjunta do PLS nº 293/97 com o PLS nº 8/98, por versarem sobre datas de concursos e vestibulares nas instituições de ensino superior

### COMISSÕES

**Quarta-feira (25.03.98)**  
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 15/95, que acrescenta parágrafo único ao art. 96 da Constituição federal; "PEC nº 52/95 - suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 25/96 - inclui o art. 74 no Ato das Disposições Transitórias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; "PLS nº 89/97 - estabelece preferência para o processo e julgamento judiciais dos crimes que menciona; "PLS nº 94/97 - dispõe sobre o processo especial nos casos de crime hediondo; e "PLC nº 60/97 - dispõe sobre a criação de cargos efetivos de agente penitenciário na carreira policial do Distrito Federal. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h - Comissão de Assuntos Sociais**  
Expediente: "Requerimento do senador Sebastião Rocha, de audiências públicas de instrução do substitutivo da Câmara ao PLS 93/93, sobre regulamentação dos planos de saúde; "Requerimento subscrito pelos senadores Sebastião Rocha, Carlos Bezerra, Benedita da Silva e Emília Fernandes, de convocação do presidente da Funai  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 244/97, que dispõe sobre a criação de juntas e do Conselho de Recursos Fiscais do Trabalho; "PLS nº 143/95 - concede incentivo ao empreendedor participante do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe; "PLC nº 50/95 - que institui o seguro-desemprego, estabelecendo o benefício ao empregado doméstico; e "PLS nº 253/96 - exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas. Sala 9 - Ala Senador Alexandre Costa

## Emília cobra apuração de denúncia contra servidor

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) enviou documento à Comissão Diretora do Senado solicitando a apuração de denúncia feita ontem pelo programa *Dia a Dia*, da Rede Bandeirantes, que noticiou a prisão em flagrante de um fun-

cionário do Senado, acusado de envolvimento com exploração, tráfico e prostituição de menores. A senadora solicitou que, "em nome da transparência", a presidência do Senado se empenhe na solução do caso.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciêl da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211  
Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

www.senado.gov.br



Saad vê melhorias para o estado

## Saad anuncia asfaltamento de rodovia em Goiás

O governo de Goiás autorizou o asfaltamento da rodovia GO-468, de 45 quilômetros, que vai beneficiar milhares de produtores rurais da região próxima à cidade de Formosa, no nordeste do estado. A comunicação foi feita ontem ao plenário pelo senador José Saad (PMDB-GO), explicando que a região possui 120 mil hectares de terras aptas para a agricultura, das quais 60 mil já produzem grãos.

O asfalto irá até a divisa com Minas Gerais, exercendo influência positiva sobre a produção rural dos municípios mineiros de Unai, Buritis e Arinos. Para o senador, esse asfaltamento, junto com o projeto de irrigação Flores de Goiás, "é o início da viabilização da Região Metropolitana" do Distrito Federal, aprovada recentemente pelo Congresso.

José Saad observou que só medidas práticas como essas vão reduzir a pressão migratória sobre Brasília. Para ele, a cidade se tornará "ingovernável e falida" se as populações dos municípios próximos continuarem "acossadas pela pobreza, pela falta de assistência médica, de escolas, de empregos e de moradias".

O senador pediu ao governador do DF, Cristovam Buarque, que volte a assinar convênios com os municípios goianos nas áreas de saúde, educação e transporte, um passo antes da implantação definitiva da Região Metropolitana do Distrito Federal. Propôs, ainda, que o Banco de Brasília volte a atuar no Entorno da capital.

*Proposta de mudança do Código Penal possibilitará, se aprovada, que os juízes substituam a prisão por pagamentos em dinheiro às vítimas ou dependentes e perda de bens*

# Senado vota projeto que permite penas alternativas

O Senado vota hoje projeto que muda o Código Penal para permitir que os juízes substituam condenações por pagamentos em dinheiro às vítimas ou dependentes, perda de bens e valores dos condenados e recolhimento domiciliar. Se aprovado o projeto, a pena de cadeia só poderá ser substituída nos casos de condenação de até quatro anos e desde que o crime cometido não tenha caracterizado violência ou grave

ameaça à pessoa.

Se se tratar de crime doloso, a pena alternativa só poderá beneficiar condenados a até um ano de prisão. No caso dos crimes culposos, a substituição poderá ser feita pelo juiz sem restrição do prazo das penas. A proposta, que já foi votada uma vez pelos deputados, recebeu seis emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apresentadas pelo relator, senador Ro-

meu Tuma (PFL-SP). Se o plenário concordar com as emendas, o projeto retornará à Câmara para nova votação.

O projeto foi preparado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e enviado ao Congresso pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em dezembro de 96. O objetivo é permitir que só permaneçam nas cadeias os que cometerem crimes graves e os criminosos perigosos.

O sucesso dos Juizados Especiais Criminais, que vêm aplicando penas de pagamento em dinheiro, é apontado como exemplo, na exposição de motivos do governo ao Congresso. A proposta prevê até mesmo a autorização aos juízes para substituírem a pena privativa de liberdade por advertência, freqüência por curso ou submissão a tratamento, em condenações inferiores a seis meses.

## CAE discute maior controle sobre o endividamento de estados e municípios

Projeto de resolução que, conforme seu autor, senador Esperidião Amin (PPB-SC), pretende tornar mais abrangente e eficaz o controle do Senado sobre o endividamento dos estados e municípios, é um dos itens da pauta da reunião de hoje, às 17h, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP).

Segundo a justificativa de Amin, é preciso dar maior atenção ao controle das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), e das operações de crédito celebradas através de convê-



Amin é o autor do projeto

nios, visando à aquisição de bens e serviços no exterior. O senador propõe a criação de uma Taxa de Referência para Antecipação de Receita

(TRA), a ser calculada pelo Banco Central, que incluirá, além de juros, todos os demais encargos da operação. A proposição dispõe, ainda, sobre as operações de crédito interno e externo realizadas pelas autarquias e fundações públicas.

Outro projeto a ser discutido nessa reunião da CAE é o que legaliza a prática de jogos de azar, cujo relator na comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), apresentou parecer contrário à matéria. Alcântara justificou sua posição dizendo haver riscos muito grandes com a legalização do jogo, como a questão da lavagem de

dinheiro, o crime organizado, a prostituição "e uma série de outras mazelas sociais que poderiam surgir". O projeto já tramitou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou parecer favorável oferecido pelo senador Edson Lobão (PFL-MA).

Consta ainda da pauta da reunião da CAE, entre outras matérias, o projeto de lei do Senado que dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário. A proposição é de autoria do senador Pedro Simon (PSDB-RS).

## CRE aprecia acordos e indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje, às 17h30, para apreciar, entre outras matérias, projeto de decreto legislativo que aprova o texto do acordo sobre o estabelecimento da Organização para o Desenvolvimento de Energia na Península Coreana, assim como mensagens do presidente da República que submetem à apre-

ciação do Senado os nomes para os cargos de embaixador do Brasil junto à Noruega e Islândia e à Jordânia.

Na reunião, que será presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CRE vai discutir ainda os seguintes projetos: que aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para a ampliação das instalações da Embaixada do Brasil em

Luanda e para habitação dos diplomatas e técnicos, celebrado entre os governos brasileiro e angolano; que aprova o texto do tratado de extradição celebrado entre o Brasil e a Coreia, e que nomeia comissão mista para elaborar anteprojeto do Tribunal Internacional dos Direitos Humanos - este último em caráter terminativo.

## Reforma tributária em debate

A reforma tributária, em discussão na Câmara dos Deputados, é o tema do debate na TV Senado entre o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) e o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS). Kleinübing defende a redução do número de taxas e o fim da guerra fiscal, enquanto Ponte quer a diminuição do valor dos tributos e a ampliação da base de contribuintes. O debate será transmitido às 8h e 13h30 de hoje e à 1h da madrugada de amanhã.

*Para o senador, o aperfeiçoamento do sistema político deve ter como princípios o voto obrigatório, a proporcionalidade na composição das casas legislativas e critérios rigorosos de fidelidade partidária*

# Nabor pretende manter voto proporcional

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu ontem a manutenção do voto proporcional em uma futura reforma política. Segundo o parlamentar, é fundamental que o Congresso elabore uma nova legislação político-eleitoral. "Os três pontos que devem centralizar qualquer processo de aprimoramento do sistema político são a permanência do

voto obrigatório, a manutenção da proporcionalidade na composição das casas legislativas e a instituição de rigorosos princípios de fidelidade partidária", afirmou o senador.

Para Nabor Júnior, a adoção do voto distrital é incompatível com o presidencialismo, representando "a paróquialização das câmaras legislativas". O senador acredita que o sistema seja

inviável na maioria das cidades brasileiras. O senador acreano entende que os aspectos nocivos do voto distrital serão maiores "que os hipotéticos benefícios que poderia trazer".

- Talvez na maioria das unidades da Federação qualquer tentativa de retalhar o eleitorado tenha resultados funestos e prejudiciais à consolidação democrática - observou o senador.



Nabor diz que voto distrital é incompatível com o presidencialismo



0800-612211

## FALA, CIDADÃO

*Nesta seção, o Jornal do Senado publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar, telefonando para 0800-612211. A ligação é gratuita*

**Carlos André Nunes, do Rio de Janeiro, pede a extinção dos cargos de juiz classista na Justiça do Trabalho. A proposta já havia sido apresentada pelo senador Gilberto Miranda, mas foi ligeiramente alterada pelo relator da matéria, senador Jefferson Péres. Jefferson manteve a participação dos juízes classistas apenas nas Juntas de Conciliação e Julgamento, proposta que recebeu emenda do senador José Eduardo Dutra, estabelecendo que o cargo não seja remunerado. A matéria está sendo analisada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado.**



Jefferson Péres

poucos meses atrás o juiz classista aposentava-se com provento integral depois de trabalhar apenas cinco anos.

Tenho certeza, depois de analisar a legislação de outros países, que o juiz classista sem formação de advogado não tem qualificação, nem condição, em nenhuma das instâncias, de julgar.

Nesse momento de intensa concorrência mundial, é preciso acabar com esses privilégios para reduzir as despesas, baixar os custos de tudo e permitir que o país sobreviva.

**Jefferson Péres:** Entendo que na primeira instância, nas Juntas de Conciliação e Julga-

mento, o juiz classista ainda tenha alguma função. Ele pode ser chamado, e frequentemente é, para conciliar e participar do processo de convencimento das partes a fazer um acordo. Isso tanto representando os empregados, como os empregadores.

Dizem que, em muitas juntas, quem decide é sempre o juiz togado e os classistas apenas assistem, mas isso não é geral. Em muitas juntas, os juízes classistas participam. Já nos tribunais, tanto regionais, quanto no Tribunal Superior do Trabalho, as matérias são quase sempre de natureza jurídica, o que exige conheci-

mento jurídico da parte dos juízes. Lá, portanto, os colegiados devem ser integrados, no meu entender, exclusivamente por juízes togados, juízes de carreira, formados em direito e que se prepararam a vida toda para a função, nunca para leigos e representantes de sindicatos e federações.

**José Eduardo Dutra:** Defendia o projeto original, ou seja, a extinção do cargo de juiz classista, tanto nos tribunais quanto nas juntas. Mas, como a comissão optou por manter o juiz classista nas juntas, apresentei uma emenda no sentido de que esse cargo tivesse um caráter meramente honorífico, como é na Alemanha, por exemplo. Quer dizer, não é um emprego, mas um cargo ocupado por um representante do sindicato, que se senta na Junta de Conciliação e contribui no julgamento.

Em função do salário pago, hoje, ao juiz classista, o cargo transformou-se num grande

emprego, que faz inclusive com que haja pistolão, e que seja ocupado por pessoas sem a mínima representatividade, muitas vezes indicadas por sindicatos fantasmas. Na medida em que o cargo é transformado em honorífico, ou seja, deixa de ser um emprego remunerado, provavelmente as pessoas que vão se dispor a ocupar esse espaço, serão apenas aquelas que tenham representatividade e que sejam indicadas por sindicatos que realmente existem.



José Eduardo Dutra



Gilberto Miranda

**Gilberto Miranda:** Acho que chegou o momento de o Brasil mudar. Mudar, é claro, para melhor. Não podemos continuar com privilégios de poucos. Temos hoje dez vezes mais juízes classistas aposentados do que juízes de carreira. Até há



Campos: contra o preconceito

## Projeto dá estabilidade no trabalho a aidético

Projeto assegurando a estabilidade no emprego aos portadores do vírus HIV, até a data do afastamento previdenciário, foi apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). Segundo o senador, o Brasil ocupa o quarto lugar em número de casos da doença. Há cerca de 30 milhões de pessoas em todo o mundo contaminadas com o vírus da Aids, sendo que 90% dos doentes se encontram no chamado Terceiro Mundo.

Campos lembra que aspectos sociais fazem da Aids uma doença cercada de preconceitos e que a iniciativa, de elevado espírito de solidariedade, apoiaria pessoas em um dos momentos mais críticos de suas vidas. Para o senador, a Aids é uma doença dos excluídos, dos que são postos à margem dos benefícios do desenvolvimento e da atenção dos governos.

- Por ser uma doença estigmatizada, é encarada com forte carga de preconceito contra os portadores. A exclusão começa dentro da própria casa, por parte dos familiares, estende-se ao círculo dos amigos, chega aos ambientes organizados da sociedade e, finalmente, atinge o doente em seu ambiente de trabalho, onde ele perde o emprego e passa a ser apenas um solitário condenado a uma morte anunciada - acredita.

O senador lembra que, hoje, a doença atinge em número quase igual homens e mulheres e que, desde o início da epidemia, 11,7 milhões de pessoas já morreram por causa da doença.

*Fabricantes de não-degradáveis - como pilhas, baterias e toner para fotocopiadoras - são o alvo de projeto que será apresentado pelo senador, depois de obter informações junto ao governo*

## Palmeira quer obrigar empresas a reciclar produtos nocivos à saúde

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) anunciou ontem que, a partir de informações que pretende obter mediante requerimento a ser enviado ao Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, apresentará projeto de lei tornando obrigatória a reciclagem de produtos que põem em risco a saúde humana e o meio ambiente. Entre esses produtos, o senador citou baterias, pilhas de cádmio-níquel e toner para impressoras e copiadoras.

Para ele, ao contrário do que ocorre nos países que sediam muitas das empresas multinacionais que atuam no Brasil, "não há disposição legal que as



Palmeira teme dano ambiental

obrigue a adotar aqui, no caso das que elaboram produtos não-degradáveis, a responsabilidade por sua reciclagem".

Na opinião de Guilherme Palmeira, as práticas comerciais de algumas dessas empresas chegam a ser crimino-

sas, pois, "exercendo um virtual monopólio de mercado, impõem condições absurdas na comercialização de seus produtos, cobrando por serviços que não prestam e por assistência técnica que, na realidade, não dispensam a não ser de forma ocasional e insatisfatória".

O senador também comentou o incêndio que devasta Roraima. Para ele, as devastações do patrimônio vegetal e biológico da Amazônia servem de advertência para a necessidade de o país adotar medidas de segurança de caráter preservacionista e cumprir as decisões emanadas da Eco-92.

A criação do Ministério do

Meio Ambiente, segundo Palmeira, representou um claro avanço na consciência preservacionista do país. No entanto, acrescentou, a necessidade de garantir a estabilidade econômica impede que uma soma maior de recursos seja destinada ao setor. Além disso, apesar de ter um dos maiores patrimônios de biodiversidade, "o Brasil não possui equipamentos adequados para a prevenção e a extinção de focos de incêndio como os que são comuns em decorrência de fatores naturais e das práticas agrícolas disseminadas em toda a extensão de nosso território".

## Tuma diz que Regata Whitbread abre espaço para São Sebastião crescer

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou a importância de o município paulista de São Sebastião ter sediado a etapa sul-americana, encerrada no dia 14 de março, da Whitbread Regata Volta ao Mundo 97/98.

Iniciada em 21 de setembro do ano passado, na cidade de Southampton, na Inglaterra, a regata já havia realizado escalas na África do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

Do Brasil, os velejadores dos nove barcos participantes seguem para Estados Uni-

dos, França e Inglaterra, com chegada prevista para maio.

- Agora, depois de sediar com êxito um dos grandes eventos esportivos do planeta, São Sebastião pode animar-se a fazer do turismo náutico uma das principais alternativas de geração de empregos e renda, sem agredir o meio ambiente - comentou Tuma.

### CAMINHO PRÓPRIO

Na opinião do senador paulista, o município do litoral norte paulista, de 45 mil habitantes, precisa encontrar um ca-

minho próprio para desenvolver-se sem descumprir as leis de proteção ambiental que buscam preservar a Mata Atlântica, a Serra do Mar e a região costeira.

- Quando foi escolhido como sede da regata, há quatro anos atrás, São Sebastião foi considerado, pelos coordenadores da competição, como um dos lugares mais bonitos do mundo, o que pode ser facilmente constatado por quem visita aquela região - lembrou.

A Regata Whitbread surgiu

no Clube Naval da Armada Inglesa e reproduz a antiga Rota do Chá, do período colonial. É considerado o maior desafio da vela oceânica, seja pelas dificuldades de percurso, seja pela sofisticação tecnológica que cerca o evento.

A flotilha começou a chegar a São Sebastião no dia 24 de fevereiro, sendo que dois barcos se atrasaram por danos sofridos nos mares gelados do Pacífico Sul, informou Tuma.

## Lauro elogia esforço de professor para preservar dunas de Cabo Frio

O senador Lauro Campos (PT-DF) fez ontem uma homenagem emocionada ao professor aposentado Durval Pinheiro Duarte, conhecido como "Dr. Durval". Segundo o senador, "Dr. Durval é o escoteiro das dunas de Cabo Frio, um preservacionista da brancura e de

respeito".

Traçando um paralelo entre o Dr. Durval e o alquimista fabricante de soldadinhos de chumbo, personagem do romance de Gabriel García Márquez, *Cem Anos de Solidão*, Lauro Campos disse que o instrumento de trabalho do ambientalista são gran-

des sacolas vazias onde deposita o lixo que recolhe nas dunas de Cabo Frio.

- O desvalido Durval colocou um grão de sonho em sua ação de aposentado no Rio de Janeiro para transformar seu escotismo ecológico numa verdadeira lição de vida - afirmou.



Lauro exaltou "Dr. Durval"

Acordo para tornar mais brando o controle sobre os bingos é questionado pelo senador, que disse ter ficado preocupado com a repercussão sobre a imagem do Senado de notícia publicada pela Folha de S. Paulo

## Alcântara contesta denúncia sobre Lei Pelé

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou sua preocupação em relação à denúncia publicada na *Folha de S. Paulo* de domingo, sobre um acordo que teria sido feito no Senado para aprovação da chamada Lei Pelé, sobre atividades esportivas. "O projeto não sofreria modificações no Senado, em troca de vetos presidenciais que afrouxariam o controle sobre os bingos", disse, acrescentando que, segundo o jornal, "o acordo teria sido patrocinado por parlamentares ligados aos bingos".

Para Alcântara, a notícia da *Folha* deixa mal o Senado, o ministro Pelé e até o presidente da República, porque todos estariam convenientes com "a jogatina liberada". Ele lembrou que o acordo para a aprovação sem mudanças do projeto foi sadio e teve objetivos nobres: home-



Alcântara lembra acordo de líderes

nagear Pelé, com a aprovação da lei de sua autoria antes que se afastasse do cargo para ser comentarista na Copa do Mundo. "Se fosse modificado teria que voltar à Câmara e sua tramitação final ficaria para o segundo semestre", disse.

O senador reafirmou sua posição rigidamente contrária a qualquer medida liberalizante em relação ao jogo. "Meu

parecer na CAE sobre cassinos foi contrário. Nunca participaria de um acordo que pretendesse afrouxar o controle sobre os bingos. Se votei a favor da Lei Pelé, foi porque me garantiram que os bingos somente aconteceriam dentro das sedes dos clubes esportivos e com o único propósito de arrecadar recursos para eles."

Segundo Alcântara, o projeto continha erros formais e até inconstitucionalidades. "O entendimento de que me recordei foi patrocinado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e celebrado com os relatores do projeto e todos os líderes partidários, no sentido de que as imperfeições do projeto seriam corrigidas na Presidência da República. Somente nesses termos votei a favor", garantiu.

Em aparte, a senadora Be-

nedita da Silva (PT-RJ) afirmou que, como uma das relatoras da Lei Pelé, participou dos entendimentos com o presidente do Senado e as lideranças partidárias, mas "em nenhum momento" houve menção de que haveria afrouxamento dos controles sobre os bingos. "Eu estou preocupada e perplexa e posso garantir que não sou parlamentar ligada aos bingos, nem o PT se deixaria envolver com este tipo de acordo. Tampouco acredito que o presidente Fernando Henrique Cardoso queira facilitar a jogatina", salientou. Para o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) foi muito oportuna a iniciativa de Lúcio Alcântara de questionar o acordo relativo à aprovação da Lei Pelé antes que fossem conhecidos os vetos presidenciais. "Quero congratular-me com o senador, por sua análise perfeita do assunto", ressaltou.



Odacir: contra a impunidade

## Odacir quer limitar alcance de imunidade

O senador Odacir Soares (PTB-RO) apresentou proposta de emenda constitucional alterando o instituto da imunidade parlamentar. Pela propositura, a prerrogativa só valeria para os chamados crimes contra a honra: calúnia, injúria e difamação. Nesses casos, continuaria sendo necessária a autorização da casa legislativa para que se processasse o parlamentar. Nos demais crimes, o processo correria normalmente, sendo garantido para senadores e deputados federais apenas o chamado foro privilegiado - o Supremo Tribunal Federal, e os tribunais de Justiça, para deputados estaduais e vereadores.

Odacir Soares disse que a idéia é não permitir o desvirtuamento da imunidade. "O instituto não pode ser usado para acobertar a prática de crimes, pois acaba por se confundir com impunidade. O parlamentar, mais do que qualquer outro cidadão, deve ter sempre uma conduta exemplar, pautada pela correção, pois seus atos servem de padrão para a sociedade", justificou.

O senador já havia apresentado, em 1994, proposta de emenda limitando a imunidade aos crimes cometidos durante o mandato. No caso de crimes ocorridos antes da diplomação do parlamentar, o processo penal correria normalmente, sem a necessidade de autorização especial da Câmara ou do Senado.

## Aprovado apesar por Expedito Quintas

O plenário do Senado aprovou ontem a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Expedito Quintas e a apresentação de condolências à família e ao jornal *Correio Brasileiro*, conforme requerimento dos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e João Rocha (PFL-TO).

Segundo Tebet, Expedito Quintas mudou-se para Brasília em 1959 - "foi um pioneiro" - onde assumiu a sucursal do *Diário de Notícias*. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, foi também editor do *Correio Brasileiro* e assessor de Orçamento na Câmara dos Deputados.

## Emília propõe criação do Diploma Mulher-Cidadã

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, projeto apresentado pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS), tem como objetivo homenagear mulheres que, no país, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos das pessoas do sexo feminino. O diploma será conferido, anualmente, durante sessão do Senado, no Dia Internacional da Mulher (8 de março).

Segundo a senadora, "por ter sido a protagonista durante tantas décadas na luta pela cidadania da mulher brasileira, Bertha Lutz é o nome que se impõe na homenagem". De acordo com a proposta, toda entidade, governamental ou não-governamental, de âmbito nacional, que desenvolva atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher poderá indicar uma candidata ao diploma, a cada ano.

O projeto prevê a constituição de conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, composto por um representante de cada partido político com assen-



Emília: luta de Bertha Lutz

to no Senado, que apreciará as indicações e a escolha das agraciadas. A indicação da candidata ao diploma deverá ser encaminhada à Mesa Diretora do Senado, acompanhada do respectivo *curriculum vitae* e justificativa, até o dia 1º de novembro do ano anterior.

Emília Fernandes informa, em sua justificativa, que Bertha Lutz nasceu em 1894, em São Paulo. Graduiu-se em Botânica, Ciências Naturais, Zoologia, Embriologia, Química e Biologia pela Universidade de Sorbonne.

De volta ao Brasil, em 1918, Bertha desenvolveu intenso trabalho em prol das teses feministas e tornou-se, por meio de concurso, a segunda mulher a ingressar nos quadros do serviço público brasileiro.

Conforme a autora do projeto, o direito ao voto e o acesso ao ensino superior constituíram-se em duas importantes bandeiras nas lutas de Bertha Lutz, que, além de ter sido deputada federal, foi criadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

Emília Fernandes destacou, também, que Bertha Lutz participou de inúmeras associações nacionais e internacionais, onde defendeu a causa da mulher até o final de sua vida, sendo autora de várias publicações importantes, entre elas *A nacionalidade da mulher casada*, *O ensino doméstico nos Estados Unidos*, *O trabalho feminino* e *A mulher na ordem econômica e social*.

## Lauro nega existência de marajás

Após analisar as folhas de pagamento de todos os servidores da Universidade de Brasília, no período de dezembro de 1996 a maio de 1997, o senador Lauro Campos (PT-DF) concluiu que são impropriedades as denúncias apresentadas pelo deputado federal Antônio Jorge, no final de 1996. Na época, o deputado denunciou a existência de "marajás do ensino superior" na UnB.

Segundo Lauro, "nada foi encontrado em termos de remuneração irregular que apontasse a existência de supersalários". De acordo com o senador, os salários mais elevados são de professores com mais de 20 anos de magistério, com vantagens pessoais acumuladas conforme a legislação vigente.

Constatamos serem os salários líquidos em torno de R\$ 4 mil a R\$ 5 mil. Nada absurdo, como vemos, para quem tem alto nível de especialização e mais de duas décadas de dedicação exclusiva, na maioria dos casos, ao ensino universitário.

## Conferência ensina como obter verba

Será na próxima terça-feira a 3ª Teleconferência do Senado sobre Estratégias de Obtenção de Recursos Federais. A iniciativa visa ensinar aos prefeitos como obter, sem intermediários, verbas do programa Comunidade Solidária.

A 3ª Teleconferência será transmitida, via Embratel, em telões nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda nas principais cidades brasileiras. Quem possui antena parabólica poderá ter acesso à transmissão, mediante sintonização do canal Transponder 6-A2, polarização horizontal, frequência 3930 (ou frequência 1220, para os que dispõem da Banda L).

A teleconferência, organizada pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), será aberta pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pela presidente do Conselho Nacional do programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso.

Senador levará à bancada proposta de apoio total ao novo ministro da Saúde, para que ele possa escolher a melhor equipe possível

# Jefferson apóia escolha de Serra para o ministério

Apoio total ao novo ministro da Saúde, senador José Serra (PSDB-SP), para que ele possa escolher e reunir a melhor equipe possível, sem indicações fisiológicas. Essa é a proposta que o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) levará à bancada do seu partido, como forma de ajudar na solução dos problemas crônicos que o Ministério da Saúde enfrenta. O senador amazonense lembrou que o PSDB está devendo ao país uma solução para o setor.

Ninguém nega a competência médica do ex-ministro Adib Jatene e nem a competência gerencial do ministro Carlos Albuquerque, mas o senador José Serra tem condições de tomar as decisões e implementar as me-



Jefferson vê desafio para Serra

didadas necessárias, porque poderá tratar de igual para igual com a equipe econômica e negociar com o Congresso Nacional - analisou Jefferson Péres.

O senador observou que José Serra vai para o Minis-

tério da Saúde aceitando um grande desafio. Segundo Jefferson, "ou Serra melhora o setor e se consagra ou fracassa e naufraga com ele a sua carreira política".

O senador também revelou o conteúdo de uma carta que enviou ao governador Mário Covas. Nesta carta, ele e outros oito senadores do PSDB formulam um apelo para que o governador reconsidere a decisão de levar seu mandato até o final, e aceite ser candidato à reeleição ao governo de São Paulo. Assinam também a carta os senadores Carlos Wilson (PE), Osmar Dias (PR), Sérgio Machado (CE), Geraldo Melo (RN), Coutinho Jorge (PA), Beni Veras (CE), José Ignácio (ES) e Lúcio Alcântara (CE).

## Jucá pede plano de carreira para a Polícia Rodoviária

O senador Romero Jucá (PFL-RR) alertou para a difícil situação em que se encontram os integrantes da Polícia Rodoviária Federal, depois que eles tiveram uma redução drástica em seus salários, ao serem suspensos os pagamentos das ações judiciais, em novembro do ano passado, com base em decisão do Supremo Tribunal Federal. "Como vinham recebendo o benefício normalmente, tinham uma expectativa de padrão salarial que foi bruscamente interrompida", explicou.

Para Jucá, essa situação tornou ainda mais urgente a implantação do plano de carreira da Polícia Rodoviária Federal. "Além disso, o novo

Código Nacional de Trânsito impôs aos patrulheiros uma sobrecarga de serviços e responsabilidades, sem uma merecida contrapartida salarial. Eles têm uma atuação decisiva para mudar o fato de o Brasil ser um dos países onde mais se mata no trânsito", destacou.

### PROJETO DE LEI

O senador por Roraima fez um apelo ao presidente da República, bem como ao ministro da Administração, Bresser Pereira, no sentido de agilizar o envio do plano de carreira dos patrulheiros ao Congresso, seja sob a forma de medida provisória, seja como projeto de lei. "A minuta da proposta foi elaborada no Ministério da Justiça e aprovada pelo ministro Iris Rezende",



Jucá defende equiparação

relatou.

Pelo projeto, o salário do patrulheiro fica equiparado ao do policial federal, face à semelhança de atribuições das duas instituições. Eles terão direito às gratificações de Compensação Orgânica, de Atividade de Risco e Atividade Policial, "o que lhes dará um salário compatível com suas responsabilidades", disse Jucá, afirmando que, aprovado o plano de carreira, não haverá mais necessidade de reivindicar o recebimento de demandas judiciais como complementação salarial.

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

- 7h - Entrevista com o escritor Rogério Goldman sobre livro de sua autoria que narra o fim da classe média brasileira
  - 8h - Debate com o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) e o deputado federal Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) sobre a reforma tributária
  - 9h30 - Entrevista com o escritor Rogério Goldman sobre livro de sua autoria que narra o fim da classe média brasileira
  - 10h - Especial apresentado por Fernando Cesar Mesquita com o médico ginecologista Eduardo Gomes e a médica nutricionista Sandra Lohman sobre envelhecimento e nutrição
  - 12h15 - Entrevista com o escritor Rogério Goldman sobre livro de sua autoria que narra o fim da classe média brasileira
  - 13h30 - Debate com o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) e o deputado federal Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) sobre a reforma tributária
  - 14h30 - Sessão plenária (vivo)
  - Logo após - Comissão de Assuntos Econômicos - exame de projeto que trata das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e municípios
  - 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
  - 20h40 - "Senado em Pauta"
  - 21h - Sessão plenária (reapresentação)
  - 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
  - 0h40 - "Senado em Pauta"
  - 1h - Debate com o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) e o deputado federal Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) sobre a reforma tributária
  - 2h - "Jornal da Amazônia"
  - 2h15 - "Senado em Pauta"
  - 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
  - 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
  - 6h40 - "Senado em Pauta"
- Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

### RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 17h - Comissão de Assuntos Econômicos
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até as 7h30

## José Ignácio deseja a reativação do Proálcool

A reativação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) foi defendida pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), com o argumento de que "o real pago pela gasolina importada é gasto para dar emprego e gerar riqueza lá fora, ao contrário do álcool, cujos benefícios permanecem no país".

- Tal como concebido em 1975, para enfrentar o choque do petróleo, o programa esgotou-se. O próprio governo tem anunciado que a nova versão do Proálcool viria com o objetivo de reativação do setor sucro-alcooleiro para gerar mais empregos - afirmou.

Na avaliação de José Ignácio, os blecautes exibem a fragilidade do sistema energético. A seu ver, essa situação poderia ser amenizada se as usinas de álcool fornecessem energia elétrica gerada



Ignácio vê benefícios para o país

pela queima do bagaço da cana.

- Não podemos abandonar um programa que movimenta ao redor de R\$ 9 bilhões por ano, emprega cerca de um milhão de pessoas no campo, gera energia automotiva e elétrica e, ainda, produz alimentos - disse, lembrando que o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou no ano passado, na reunião da ONU, a reativação do Proálcool.

## Furnas: Benedita pede a manutenção dos empregos

Apesar de ter se posicionado contra a cessão de Furnas para a iniciativa privada, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu a colocação de rígidas salvaguardas no edital e contrato de privatização. Ela pediu prioridade absoluta para a manutenção do emprego dos funcionários da empresa, mesmo que o novo controlador tenha uma visão gerencial diferente da que hoje é adotada.

- Sou, como todos os que comigo militam na defesa dos interesses do patrimônio nacional, radicalmente contra a cessão de Furnas à iniciativa privada. Contudo, não posso adotar a posição do avestruz e enterrar a cabeça no chão, negando-me a ver o enorme poder de que dispõe o governo federal para impor seus desígnios - comentou.

Benedita da Silva lembrou que o Partido dos Trabalhadores já se pronunciou oficialmente contra o processo de

privatização das empresas do setor de energia elétrica. Na opinião da senadora, Furnas não é apenas mais uma estatal do tipo elefante branco, onde ineficiência e burocracia consomem o dinheiro do contribuinte. "Ela é uma empresa estratégica e de importância capital para o coração produtivo do Brasil", afirmou, ressaltando que, se não é mais possível evitar sua privatização, que pelo menos seja respeitado o patrimônio tecnológico e humano que representa.

- As modificações que daí decorrerem não deverão, todavia, implicar cortes lineares e sumários de pessoal. A prioridade deverá ser o redirecionamento dos quadros cujos setores sejam afetados, de modo a qualificá-los para atuação em outros segmentos do grupo, preservando-lhes o emprego e a motivação pela participação no desenvolvimento da empresa - completou a senadora.

Representante de Tocantins cobra mais atenção do poder público para o setor, que contribui muito para reduzir o déficit comercial

## João Rocha defende estímulo à agroindústria

O senador João Rocha (PFL-TO) apelou ontem ao governo federal para que recupere a infra-estrutura econômica brasileira, implantando os corredores intermodais de transporte e aumentando a competitividade dos produtos nacionais de exportação, a fim de estimular o crescimento da agroindústria. Ele disse que o setor continua enfrentando problemas e necessitando de uma ação mais agressiva, pois é o que mais gera divisas para o país. "Está, portanto, a merecer toda a atenção do poder público, especialmente no caso da abertura de mercados pouco explorados para produtos em que o Brasil tem pequena tradição exportadora."

João Rocha afirmou que a consolidação de mercados agrícolas e agroindustriais exige a participação ativa do governo federal, e acrescentou ter certeza de que o presiden-



Rocha quer abertura de mercados

te Fernando Henrique Cardoso continuará adotando medidas para incentivar o desenvolvimento desse setor. Em sua opinião, o cenário industrial do país está preocupante, com a queda do nível de emprego generalizada. Conforme o senador, as estatísticas do IBGE confirmam a redução no ritmo da indústria nacional como um todo. Comparando-se os últimos resultados com os de janeiro do ano passado, 15 dos

20 ramos sondados pelo instituto caíram. Ele informou que o governo está tomando providências para adequar a indústria nacional a uma nova realidade de mercado, mas antecipou que as promessas da agroindústria são mais otimistas.

"A agroindústria tem contribuído decisivamente para minimizar o déficit comercial brasileiro", disse ele. Nesse setor, a produção em 1997 cresceu 4,3% em relação a 1996, superando o resultado da produção industrial, que ficou em 3,9%, no mesmo período.

Enfatizando que a balança comercial da agroindústria brasileira é superavitária, João Rocha esclareceu que, de 1990 a 1996, o superávit girou em torno de US\$ 7 bilhões, enquanto no acumulado do período as exportações cresceram 57%.

## Freitas Neto propõe comitê para a bacia do Parnaíba

O senador Freitas Neto (PFL-PI) apresentou projeto de lei propondo a institucionalização do Comitê da Bacia do Rio Parnaíba, com a finalidade de "disciplinar o melhor aproveitamento possível de suas águas para irrigação, para outros usos na agricultura e na pecuária, para a geração de energia e para o abastecimento humano". O parlamentar entende ser fundamental zelar pelas condições ambientais da bacia, tendo em conta o desenvolvimento do turismo e o bem-estar da população.

De acordo com o senador, o uso da água vem se tornando, em todo o mundo, fonte permanente de conflitos, em função da sua crescente escassez. "A necessidade de preve-



Preservação preocupa Freitas

nir confrontos e de contar com mecanismos eficientes para resolvê-los recomenda a definição de um órgão capaz de centralizar as ações públicas e particulares na área das bacias hidrográficas", destaca.

Freitas Neto insere sua proposta no desdobramento da Lei

9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. É nesse quadro que situa a institucionalização do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (Comparn), abrangendo a bacia formada pelo Parnaíba e seus afluentes, nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará.

O comitê prevê a participação de representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, além de membros de entidades civis de recursos hídricos, de grupos de usuários e associações formais de produtores e cooperativas de produção que operem na área da bacia.